

# Trabalho de rua e cenas de resistência urbana: um olhar sobre o espaço urbano de Campos dos

## Goytacazes

Sintilla Abreu Bastos Cartaxo<sup>1</sup>

Fernando Kulaitis<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo tem como objetivo caracterizar algumas cenas de resistência urbana por meio da prática do trabalho de rua na avenida Pelinca, situada na cidade fluminense de Campos dos Goytacazes, relacionando-o a uma estética tendencialmente dominante naquele espaço. A dominação do cotidiano no espaço urbano manifesta-se por meio de ações que buscam impor aos sujeitos os usos dos espaços, criando, de forma relacional, lugares distintivos e excludentes, apropriados de forma legítima por alguns e de forma “irregular” por outros. A escolha da referida região decorre do seu protagonismo econômico e social que despontou a partir dos anos de 1990, retirando do centro o eixo principal do comércio da cidade. Sob a luz dos conceitos do direito à cidade de Lefebvre (2006; 2008; 2011), de reapropriação do espaço a partir da resistência de Certeau (2014) e de espaço social reificado de Bourdieu (1992; 2013). O artigo se fundamenta em observações empíricas do trabalho de rua retratado em cenas de contraposição ao processo de enobrecimento da avenida Pelinca. Revela-se naquele espaço a resistência de sujeitos que reinventam um cotidiano marcado, ao mesmo tempo, pelo grande distanciamento de posições sociais e por uma intensa proximidade física.

**Palavras-chave:** resistência social urbana, reapropriação do espaço urbano; trabalho de rua.

### Street work and scenes of urban resistance: a look at the urban space of Campos dos Goytacazes

### Abstract

The article aims to characterize some scenes of urban resistance through the practice of street work on Avenida Pelinca, located in the Rio de Janeiro city of Campos dos Goytacazes, relating it to an aesthetic that tends to be dominant in that space. The domination of everyday life in urban space is manifested through actions that seek to impose the uses of spaces on subjects, creating, in a relational way, distinctive and excluding places, legitimately appropriated by some and “irregularly” by others. The choice of that region stems from its economic and social protagonism that emerged from the 1990s, removing the main axis of the city’s commerce from the center. Under the light of the concepts of the right to the city by Lefebvre (2006; 2008; 2011), the reappropriation of space from the resistance of Certeau (2014) and the reified social space of Bourdieu (1992; 2013). The article is based on empirical observations of street work portrayed in scenes of opposition to the ennobling process of Avenida Pelinca. In that space, the resistance of subjects who reinvent a daily life marked, at the same time, by the great distance of social positions and by an intense physical proximity is revealed.

**Keywords:** urban social resistance, reappropriation of urban space; street work.

### Introdução

O presente artigo busca caracterizar cenas de resistência urbana sob a perspectiva da prática do trabalho de rua, que se mantém presente ainda que as ações de dominação do cotidiano busquem impor aos sujeitos o uso dos espaços. As primeiras aproximações com o campo pesquisado ocorreram durante a coleta de dados para pesquisa de mestrado<sup>3</sup>, cujo foco analítico se voltava para questões relacionadas à sociologia do trabalho. Posteriormente, a aproximação com autores e temas da sociologia urbana<sup>4</sup> proporcionaram um novo olhar ao campo, fomentando interpretações capazes de ir além de posições teóricas e contraposição de sistemas explicativos da vida em sociedade, estabelecendo conexões entre os estudos da sociologia do trabalho e da sociologia urbana e identificando novas possibilidades de debates. Sendo assim, o artigo se articula sob o prisma das relações entre cidade e trabalho.

A prática do trabalho de rua do ponto de vista dominante é analisada comumente como um problema urbano a ser ordenado, disciplinado e afastado, percepção fundada na justificativa de que estes trabalhadores comercializam

1 Doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual Norte Fluminense - UENF.

2 Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

3 Pesquisa de campo que resultou no trabalho de dissertação de mestrado *Trabalho na rua dos motoentregadores: entre conhecimentos táticos e (re)significados cotidiano*, apresentada em março de 2022 ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual Norte Fluminense.

4 Disciplina disponibilizada de forma remota pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, ministrada pelo Prof. O Dr. Fernando Kulaitis.

produtos ilegais, realizam concorrência injusta com lojas e atrapalham a circulação dos pedestres (ASSIS, 2021). Logo, do ponto de vista do trabalhador de rua, a atividade é o caminho tático para prover renda, e a sua permanência em alguns espaços urbanos pode ser também caracterizada como uma posição de resistência<sup>5</sup> às imposições dominantes que buscam cercear os usos dos locais. Ao permanecerem com a prática de trabalho pelas ruas, esses sujeitos subvertem a imposição de uso dominante dos lugares e reinventam o cotidiano, ressignificando sua participação na cidade.

Localizado ao norte do estado do Rio de Janeiro, o município é o detentor da maior área territorial e da maior população fora da região metropolitana, conforme apontou o relatório de pesquisa do Núcleo Norte Fluminense do Observatório das Metrôpoles (2023). O Rio Paraíba do Sul divide fisicamente e simbolicamente o território entre centro e periferia. Faria (2005, p.14) examinou a configuração do espaço urbano da cidade, após 1950, e constatou que a partir dos anos 1980, a cidade “se vê encurralada pela problemática do processo de favelização” e o “processo de verticalização” que demarcam nitidamente as fronteiras entre dominantes e dominados. A cidade de Campos dos Goytacazes tem em sua tradição um espaço econômico pulsante que figurou por décadas no cenário nacional. Primeiro, em decorrência do desenvolvimento dos setores sucroalcooleiro entre os anos de 1970 e 1980 e, sucessivamente, nos anos de 1990 no setor petrolífero, sendo capaz de atrair diversos tipos de investimentos. Entretanto, a alternância dos ciclos econômicos no município no decorrer das décadas foi marcada por muitos contrastes que acentuam desigualdades econômicas sociais e culturais, fragmentando e compartimentando os espaços de moradia, trabalho, comércio e vivência, seja pela degradação e má distribuição dos equipamentos de uso coletivos ou possíveis oportunidades de trabalho.

A realização de observações empíricas pelas ruas da cidade de Campos dos Goytacazes torna possível caracterizar cenas que expressam o mecanismo desigual das práticas de utilização do espaço social urbano, principalmente no que tange às atividades de trabalho de rua. As ruas do centro, repletas do colorido das mercadorias expostas em bancas ou carrinhos, sinalizam um espaço social urbano disponível para múltiplas práticas de trabalho, ao passo que na avenida Pelinca, este modo de utilização do espaço acontece de maneira restrita e discreta. O evidente contraste entre os modos de consumo do espaço urbano nos conduz a questionar como as ruas se evidenciam como lugares de disputas, de dominação e de exclusão. A principal hipótese é que a permanência do trabalho de rua na avenida Pelinca é uma atitude de resistência à dinâmi-

ca da dominação do cotidiano urbano. Diversas são as cenas em que é possível observar os sujeitos em atitudes de contraposição ao processo de enobrecimento na avenida, cujo modo de operação cria, de forma relacional, lugares distintivos e excludentes, apropriados de forma legítima por alguns e de forma “irregular” por outros.

A atividade de trabalho de rua engloba uma diversidade de práticas, dentre as quais estão: artistas, músicos, camelôs, ambulantes, motoentregadores, guardadores de carros, etc. A multiplicidade de atividades praticadas nas ruas torna difícil abarcar reflexões acerca da realidade desse conjunto de trabalhadores, sendo necessária a realização de um recorte a este objeto de estudo. Os “comerciantes das ruas” foi o nome utilizado por Bonan (2018, p. 136) para agrupar os sujeitos que trabalham informalmente pelas ruas vendendo mercadorias, seja de produção própria ou revenda, os popularmente conhecidos como camelôs e ambulantes. Assis (2014) explica que os camelôs e ambulantes aparecem como sinônimos, entretanto o autor alerta que o primeiro se associa ao trabalhador informal que atua nas ruas se locomovendo com mercadorias, e o segundo, ao trabalhador informal que comercializa mercadorias em espaços fixos. Bonan (2018) pontua que o trabalho ambulante e a camelotagem se caracterizam como um ofício exercido em diferentes versões de atuação. Esses trabalhadores se identificam em diversos agrupamentos tais como: vendedor, produtor de reparos, artesão, cozinheiros de rua, formando uma categoria profissional fragmentada e de difícil numerário estatístico.

O cotidiano de trabalhadores de rua na avenida Pelinca é marcado pelo dissenso e por posição de resistência a imposições dominantes que visam segregar os espaços da cidade. A perspectiva teórica de Lefebvre (2006) narra que a formação dos espaços urbanos está intimamente ligada aos interesses dominantes que estão, por sua vez, diretamente relacionados ao modo de produção capitalista, incidindo nos processos de segregação e exclusão nas cidades. Sobre as práticas urbanas, Certeau (2014) assinala que um espaço só encontra sentido a partir da ação prática estabelecida para o local, e a reapropriação ou subversão dos espaços para além de seu uso dominante e previamente planejado é o que caracteriza a resistência dos sujeitos.

Ao se reapropriarem dos espaços urbanos, como praças, passeios e calçadas, utilizando-os para exposição de mercadorias e prestação de serviços, os trabalhadores de rua subvertem a lógica do uso consoante ao atendimento das necessidades dominantes do mercado, bem como ressignificam esses espaços, construindo uma posição de resistência aos mecanismos de dominação do cotidiano. O desejo de construir e reinventar a cidade em oposição

5 A análise acerca da resistência no cotidiano, realizada por Certeau (2014), tem suas origens no conceito de habitus e nas relações de poder desenvolvidas por Bourdieu. Na segunda parte de seu livro *A invenção do cotidiano*, Michel de Certeau (2014) se dedica à análise das estratégias que resultam na mudança das estruturas no cotidiano. Para o autor, a resistência tem sua base na criatividade e no conjunto de valores simbólicos, linguísticos e práticos, presentes no cotidiano e aplicados por meio de táticas. Essas ações táticas podem ser reagentes ao sistema pré-estabelecido e ter potencial para alterar as condições ditadas pelo campo, no caso o espaço social, ressignificando seus locais e usos fugindo de imposições dominantes.

à determinação de usos impostos pela ordem dominante envolve, de acordo com Tavolari (2016), uma das mais diversas expressões de busca pelo direito à cidade.

Sendo assim, o objetivo do presente artigo é caracterizar cenas de resistência urbana sob a perspectiva da prática do trabalho de rua na avenida Pelinca, relacionando-a a uma estética tendencialmente dominante que busca impor aos sujeitos o uso dos espaços. A reflexão acerca da presença do trabalho de rua na avenida Pelinca é de relevância não somente para a produção do conhecimento acerca das práticas sociais de sobrevivência da classe trabalhadora, mas principalmente como esta classe resiste à dominação do cotidiano nas cidades.

A construção do artigo faz uso de referências clássicas que pensaram o espaço urbano como local de produção e reprodução capitalista (BOURDIEU, 2013; CERTEAU, 2014; MARQUES, 2022; LEFEBVRE, 2006, 2008, 2011; TAVOLARI, 2017), de referências regionais (ASSIS, 2014, 2021; CRUZ E TERRA, 2020; FREITAS; FARIAS, 2011) e do registro de imagens que auxiliam na caracterização de cenas que se contrapõem à naturalização que a lógica da dominação confere aos espaços.

O artigo é desenvolvido em três partes. Na primeira, apresenta-se o debate que relaciona os processos de produção e reprodução do capital e as estruturas das cidades brasileiras, cujo resultado é a ampliação das práticas de trabalho de rua. Na segunda parte, destaca-se o processo de transformação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes, caracterizado por diversas fases de desenvolvimento econômico que vieram a impactar a distribuição espacial de maneira hierarquizada e fragmentada. (ASSIS, 2021). Na terceira parte, localiza-se a descrição de cenas e fluxos da prática de trabalho de rua na avenida Pelinca, sob o argumento de que a permanência desses trabalhadores no espaço se configura como uma posição de resistência às ações de dominação do cotidiano urbano.

### **As ruas da cidade como espaço de disputa: dominação e prática de resistência**

A circulação de mercadorias pelas cidades via comércio ambulante de trabalhadores de rua não se trata de um fenômeno da atualidade. A origem da atividade é antiga, com registros desde as primeiras cidades medievais. Entretanto, sinaliza Lefebvre (2011), o desenvolvimento da sociedade industrial e da urbanização resultou na divisão e reivindicação ativa dos espaços pelos sujeitos. A centralização de poder em núcleos urbanos e a edificação de estruturas comerciais complexas fizeram com que “a atividade de trabalho de rua fossem gradativamente relegadas às camadas mais baixas da sociedade, consolidando-se, na modernidade, como uma atividade econômica

própria de grupos vulnerabilizados” (BONAN, 2018, p. 64). A realização de atividades de trabalho nas ruas brasileiras, de acordo com Bonan (2018) tem se mantido mesmo em períodos de recuperação econômica do país. Conforme sua análise, a cada novo período de recessão há um aumento de trabalhadores ocupados em atividades pelas ruas, e em cada período de reaquecimento da economia há menos trabalhadores que conseguem se realocar novamente no mercado formal de trabalho, ampliando gradativamente o exercício dessa atividade nas cidades. Um fenômeno, que reforça o caráter estrutural do crescimento de trabalho de rua, e que, portanto, não deve ser investigado como um fenômeno restritivamente econômico de caráter transitório em nossa sociedade atual. Lefebvre (2011) ressalta que a lógica econômica e social produtivista capitalista dominante tem transformado ao longo de décadas o espaço urbano em arena de constantes dissensos. Portanto, comumente a configuração das cidades e de seus espaços refletem as trajetórias históricas e sociais de um espaço que marca seus habitantes via mecanismos de dominação do cotidiano, cuja expressão mais visível é a segregação socioespacial.

A caracterização de cenas da atividade prática do trabalho de rua na avenida Pelinca em Campos dos Goytacazes torna possível explorar parte das questões sociais<sup>6</sup> que são vivenciadas pelos cidadãos nos processos de resistência à dominação do cotidiano urbano. O conceito de cena foi elaborado por Jacques Rancière ao longo de sua obra para interpretar as imagens produzidas, os gestos, os textos, as situações, os discursos e os acontecimentos prosaicos do cotidiano em que são vivenciadas realidades que fogem aos esquemas da estrutura dominante. Marques (2022, p. 2) ao analisar o conceito de cena em Rancière esclarece que estes não têm o poder de transformação do mundo, mas a capacidade evidenciar diferentes materialidades e subjetividades presentes em uma mesma realidade e, assim, provocar uma reflexão crítica dos sujeitos sobre o mundo que o cerca.

“A cena é descrita como uma pequena máquina anti-hierárquica indicadora do que pode interromper determinada perpetuação de certa lógica de inteligibilidade e relação entre elementos singulares/heterogêneos, o que produz descontinuidades na aparição dos corpos, das demandas e existências”. (MARQUES, 2022, p. 22).

Os espaços das cidades tornaram-se ao longo do desenvolvimento capitalista um produto de consumo segmentado e contraditório. Lefebvre (2011) expõe que os meios de produção capitalista estão diretamente relacionados às questões sociais que se concretizam no espaço urbano à medida que as cidades se transformam

6 Yamamoto (1997, p. 14) afirma que a “questão social é posta no cotidiano em suas mais variadas expressões como: precariedades no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.” A questão social para a autora é posta no cotidiano por meio dos mecanismos de exclusão e segregação. Entretanto ressalta a capacidade dos sujeitos que vivem as desigualdades e a ela resistem e se opõem à constante tensão entre mecanismos de reprodução e dominação e construção da rebeldia que ocorre a resistência à vida na sociedade capitalista.



em mercadoria. O autor também chama atenção para o papel exercido pelo urbanismo, que, ao longo de décadas, tem reduzido a questão social urbana à mera gestão do espaço da cidade, transformado as ruas em fonte de lucro e disputa de poder pela coerção de seu uso (LEFEBVRE, 2006; 2011). Logo, as disputas pelos espaços urbanos são produtoras de cenas de dissensos (RANCIÈRE.,2020 *apud* MARQUES, 2022), compostas pela subjetivação dos sujeitos diante dos acontecimentos, e da diversificação da estrutura material. A escrita de uma cena, por vezes, enfatiza uma singularidade menor, mas que “[...] pode valer muito quando se trata de alterar um campo de elegibilidade para definir as formas de valorizar ou desvalorizar a agência e o aparecer político dos sujeitos” (MARQUES. 2022, p. 12). A escrita de uma cena de dissenso “[...] aproxima blocos de linguagem e blocos de pensamento, não para produzir explicações, mas para apontar as tensões e choques, engendrando uma busca que produz sentidos, deslocando posições naturalizadas” (MARQUES. 2022, p. 7).

Os registros imagéticos exibem a dominação cotidiana por meio de ações que buscam dificultar ou mesmo impedir a permanência de trabalhadores de rua em espaços urbanos enobrecidos. As desigualdades socioespaciais delimitam os usos dos espaços, criando, de forma relacional, lugares distintivos e excludentes, à apropriação de forma legítima para alguns e de forma “irregular” por outros. Ao resistir nos espaços enobrecidos, os trabalhadores de rua reivindicam o seu direito à cidade, que não visa eliminar os conflitos e as lutas no espaço urbano, mas objetiva a construção ou a reconstrução de caminhos que viabilizem os sujeitos à participação e à possibilidade de vivenciar experiências múltiplas nas cidades (TAVOLI, 2016).

[...] direito à cidade que não se restringe a reivindicações imediatas dos movimentos por direitos ou serviços urbanos específicos - ele seria o conjunto dessas demandas, apontaria para outras noções como as de democracia, cidadania e autonomia, seria elemento constitutivo da formação de uma consciência ou experiência compartilhada pelos movimentos sociais. Também mostra que, nesse momento, “direito à cidade” não é uma categoria nativa, ou seja, não é mobilizado por quem protesta. É muito mais uma **tentativa de se manter na cidade** para organizar as lutas fragmentadas num denominador comum, de ampliar pautas específicas para um contexto mais abrangente com objetivos políticos não imediatos, de dar um sentido à apropriação dos espaços da cidade e das lutas por direitos, na tentativa de traduzir mudanças na cultura política e dos movimentos sociais urbanos[...] (TAVOLI, 2016, p. 98).

Entretanto, é necessário que a análise não se renda ao argumento normativo (do direito como “deveria ser”) a fim de caracterizar de forma eficaz o espaço ur-

bano como espaço de dominação e, portanto, de resistência. É nesse intuito que Bourdieu defende que o “espaço social tende a se retraduzir, de maneira mais ou menos rigorosa, no espaço físico sob a forma de um determinado arranjo distributivo dos agentes e das propriedades” (BOURDIEU, 2013, p. 133). Sabemos que essas propriedades – os capitais – fornecem poder aos agentes e, nesse recorte, maior ou menor capacidade de apropriação, transformação e qualificação do espaço urbano.

A qualificação do espaço urbano é resultado do processo de (des)apropriação de lugares (geralmente caracterizado como gentrificação, enobrecimento, periferização, etc.) cuja origem se encontra nas disputas por posições dominantes no espaço social. Nessa perspectiva, o espaço urbano, sobretudo os apropriados para as atividades econômicas, tem a particularidade de aproximar fisicamente agentes tão distantes no espaço social.

Em relação a essa dimensão estrutural do espaço, é necessário pensar a cidade como local em que os cidadãos se reapropriam lugares e neles constroem suas ressignificações e posições em resistência à dominação. É nesse sentido que Certeau (2014) se aproxima da conceituação original do direito à cidade, conforme Lefebvre (2008; 2011). A prática da resistência no cotidiano é pensada por Certeau (2014) a partir das estratégias elaboradas por indígenas durante a colonização espanhola nas Américas. Mesmo subalternizados por um processo que pouco poderiam impedir, esses povos desenvolveram a resistência por meio de práticas de subversão, de astúcias para demonstrarem a recusa à dominação.

[...] Esses indígenas usavam das leis, das práticas ou de representações que lhe eram impostas pela força ou pela sedução, para outros fins que não o dos conquistadores. Faziam com elas outras coisas: subvertiam-nas a partir de dentro – não as rejeitando ou transformando-as (embora isto acontecia também), mas por cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podiam fugir. Eles metaforizavam a ordem dominante fazendo funcionar de outra forma. Modificaram-na sem deixá-la.[...] (CERTEAU, 2014, p. 95).

Cunha e Mesquita 2019 apontam que Certeau reflete acerca dos modos de vida diária que habitam na cidade, por meio da análise dos pequenos detalhes que formam o cotidiano, o autor propõe também, uma análise do espaço que contemple a capacidade da agência na vida cotidiana, contestando, assim, como Lefebvre (2008), a generalização de que as pessoas comuns são espectadores passivos, guiados pela força disciplinar dominante estabelecida.

Desse modo, os sujeitos não são simplesmente agentes sem rosto, mas produtores ativos, capazes de realizar “operações quase que microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articula-

das sobre os “detalhes” do cotidiano.” (CERTEAU, 2014, p. 41).

A resistência às ações de dominação no cotidiano sinaliza, portanto, “as apropriações e ressignificações imprevisíveis, incontroláveis, modificadoras de pretensões previstas na origem, no planejamento, na idealização das coisas do cotidiano” (CERTEAU, 2014, p. 42). Mais uma vez, é necessário não ceder à perspectiva normativa. Comparativamente, se o processo de enobrecimento é exemplificativo da apropriação do espaço por grupos dominantes, o trabalho de rua tende a ser identificado mais como “sobrevivência” do que como “resistência”. Entretanto, trata-se de considerar, como nos auxiliam Bourdieu e Wacquant (1992), que os que dominam determinado espaço estão em posição de fazê-lo funcionar para sua conveniência e interesse, mas sempre enfrentam a resistência dos dominados. Resistência é, portanto, o conjunto de estratégias, sobretudo econômicas e políticas, que revela processos de dominação e, ao mesmo tempo, o exercício de poder (agência), ainda que seu potencial de transformação do fluxo de acontecimentos dominantes seja diminuto.

### **A construção do espaço da cidade Campos dos Goytacazes**

De acordo com Lefebvre (2011), os espaços da cidade se situam entre a ordem próxima (relações dos indivíduos, relações de grupos) e a ordem distante (a ordem histórica, a ordem da sociedade que é conduzida por grupos dominantes e instituições). Sendo assim, embora os espaços urbanos das cidades possam ser pensados a partir de coordenadas geográficas, intervenções urbanísticas como ruas, avenidas, calçadas e jardins, nunca serão iguais, mesmo que as intervenções urbanas realizadas tenham as mesmas características materiais. Cada cidade forma o seu espaço urbano por meio de suas construções históricas e sociais de classe. Para caracterizar as cenas da prática do trabalho de rua exercido na avenida Pelinca, relacionando seu exercício nesse espaço físico como expressão do conjunto de disputas que ocorrem no espaço social e, assim, como prática de resistência aos processos de exclusão, é relevante resgatar alguns elementos sócio-históricos da cidade de Campos dos Goytacazes.

Segundo Assis (2014), o processo de disputa pelo espaço das ruas da cidade de Campos dos Goytacazes entre trabalhadores de rua, informais, comerciantes formais e pedestres possui os primeiros registros do início do séc. XIX, por meio da presença dos mascates vendendo artigos de uso pessoal e pequenos produtores rurais expondo alimentos, como: cachaça, café e milho nas ruas centrais. Entretanto, a prática de trabalho de rua ao longo das décadas se modificou, mas sempre acompanhando as fases

de desenvolvimento capitalista urbano da região fluminense. No decorrer das décadas, houve no município o fenômeno descrito por Lefebvre (2006, p. 18) como “implosão-explosão” da cidade: o núcleo originário central composto pelo conjunto arquitetônico de igrejas, caseiros, passeios foram sendo postos em segundo plano, à medida que uma nova malha urbana se desenvolvia com prédios e shoppings.

Conforme Cruz e Terra (2020), Campos dos Goytacazes, entre as décadas de 1970 e 1980, figurou como protagonista no cenário de crescimento econômico nacional em decorrência do incremento do setor sucroalcooleiro. Entretanto, entre o final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, o declínio desse setor na região, resultou na fragmentação da cadeia econômica local e muitos trabalhadores do campo ficaram desempregados. Contudo, o período de recessão não durou muito, pois neste mesmo período foi realizada a descoberta de petróleo na bacia de Campos dos Goytacazes. Cruz e Terra (2020) apontam que o setor petrolífero trouxe profundas modificações sociais e econômicas à região. O desenvolvimento de atividades industriais do setor petrolífero na região fluminense garantiu o aumento de renda e oportunidades de trabalho, uma vez que o novo setor promoveu grande investimento de capital na cidade e ainda trouxe um conjunto de legislações que garantiram renda ao município por meio dos *royalties*. Ao realizar uma análise do processo de verticalização da cidade, Freitas e Faria (2011) narram que a intensificação da atividade comercial na região da avenida Pelinca teve seu início a partir dos anos de 1980. Atualmente, a região se tornou uma “ilha” que busca atender exclusivamente interesses da classe dominante e grupos sociais, o setor imobiliário e de lojistas.

Lefebvre (2011) compreende que as cidades são a projeção da sociedade sobre um dado território em espaços temporais, portanto o declínio da produção sucroalcooleira e o início da exploração petrolífera na região marca uma nova projeção de organização do espaço urbano. Freitas e Farias (2011, p. 6) contam que as ruas do centro de Campos dos Goytacazes “apresentavam uma estrutura urbana colonial – com ruas estreitas e tortuosas – uma área já densamente povoada, que se mostrava inviável para absorver o novo padrão de moradia e comércio”. Com o advento do setor petrolífero, os mercados imobiliários e os lojistas fora do eixo central passam a ser conjuntamente estimulados com o objetivo de melhor atender às novas demandas de consumo. O principal marco desse processo de enobrecimento foi a construção do Parquecentro (Figura 1) no início dos anos de 1990.

Figura 1 – Imagens que retratam o processo de verticalização e enobrecimento da região da avenida Pelinca

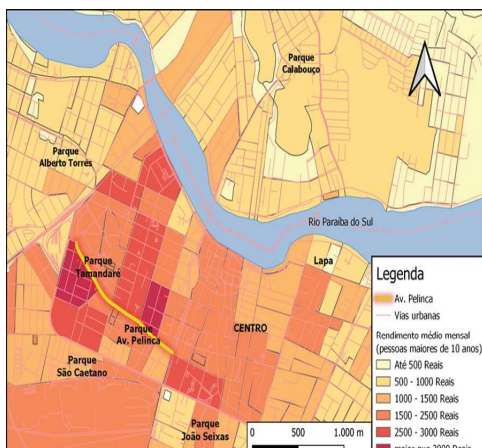




Fonte: Acervo de SABC/2022.

A avenida Pelinca se transformou em um bairro com o mesmo nome. A região possui entre 15.000 e 20.000 habitantes<sup>7</sup>. Nessa área, edifícios comerciais e residenciais de alto padrão são atendidos por uma rede diversificada de serviços. O último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>8</sup> realizado em 2010 revelou, através de dados levantados nas áreas censitárias, que a região da avenida Pelinca atravessa a região de maior concentração de habitantes com rendimento mensal acima de R \$3.000. A figura 2 ilustra graficamente a área central de Campos dos Goytacazes:

Figura 2 – Mapa da área urbana central de Campos dos Goytacazes por rendimento mensal conforme setores censitários de 2010



Fonte: Elaborado por Cartaxo (2022).

Em percursos pelas ruas são visíveis as fronteiras da região da avenida Pelinca com as demais áreas da cidade, tanto por aspectos urbanísticos e arquitetônicos quanto por disponibilidade de acesso aos dispositivos de uso coletivo, como transportes. Trata-se, segundo a análise de Bourdieu (2013), da reificação do espaço social,

caracterizada como distribuição, no espaço físico, de diferentes espécies de bens e serviços e também de classes fisicamente e simbolicamente localizadas. Hoje somente uma parte da avenida possui cobertura de linha de ônibus regular, trabalhadores da região deslocam-se diariamente para acessar o transporte coletivo. Freitas e Farias (2011) apontam que a verticalização de edifícios de alto padrão, a intensa comercialização dos espaços e as obras de embelezamento urbano foram os fatores principais que resultaram no processo enobrecimento da região da avenida Pelinca e, por conseguinte, a exclusão e a segregação espacial.

A cidade fluminense, durante os anos 2000 a 2008, passou a vivenciar a ascensão da indústria do petróleo, o aumento de receitas proveniente dos *royalties*, demonstrando a força do campo econômico sobre o espaço urbano. Houve incremento de empreendimentos imobiliários e comerciais, atraindo diversos trabalhadores imigrantes de outros países, estados e municípios aos múltiplos setores de emprego. Nesse período, havia um cenário econômico positivo na cidade. Cruz e Terra (2020) expõem que a planície fluminense pertenceu ao conjunto dos municípios brasileiros que tiveram o maior crescimento econômico e demográfico do país. Entretanto, este incremento ao município não foi utilizado na promoção de um desenvolvimento integrado aos demais setores da economia, o que culminou no agravamento de questões urbanas que perduraram ao longo de décadas, como de infraestrutura, moradia, mobilidade e segurança.

Quando a crise internacional foi deflagrada em 2008, houve a desaceleração da economia mundial, atingindo o país de forma mais aguda a partir de 2014, impactando diretamente o setor petrolífero e, por consequência, refletindo negativamente na cidade de Campos dos Goytacazes. A cidade passa a vivenciar a estagnação de seu desenvolvimento local e, em decorrência disso, a redução dos postos de trabalho formal e o acirramento de vagas ainda disponíveis. Ao analisar o processo de expansão e a crise do mercado de trabalho fluminense entre 1985 e 2019, Dias (2020) avalia as continuidades e as descontinuidades na trajetória econômica regional, na citação a seguir:

[...]os setores de petróleo, gás e de engenharia pesada, centrais para a economia Fluminense, foram duramente atingidos pela confluência da baixa dos preços internacionais do petróleo, da destruição causada pela devassa da Lava Jato na Petrobras. [...] O ERJ acabou sendo o epicentro dessa crise, que de modo geral comprometeu toda a cadeia produtiva da economia fluminense, sendo as cidades do norte e noroeste uma das mais afetadas pelo ensaio de depressão econômica seguida de estagna-

7 Conforme dados do último CENSO do IBGE (2010), com base em números referentes ao setor censitário que é definido pelo instituto como a unidade espacial de coleta de informações territoriais.

8 O CENSO do IBGE é um conjunto de operações que busca recolher, agrupar e publicar dados referentes às composições demográficas, econômicas e sociais dos habitantes do território brasileiro. A periodicidade do CENSO de realização é por decênio, entretanto, devido à pandemia de Covid-19, o CENSO referente a 2020 foi realizado em 2022.

ção até 2019[...] (DIAS, 2020, p. 107).

O autor complementa que setores, como o comércio, a construção e de serviços, também foram fortemente impactados pelo declínio da cadeia produtiva do petróleo. Como alternativa a essa realidade de retração econômica, o trabalho informal aparece como uma oportunidade para os sujeitos que viram as portas convencionais do mercado se fechar. A ampliação de atividades informais pelas ruas das cidades não é característica somente das metrópoles, como explicitado por Souza e Terra (2020), pois o fenômeno ocorre inclusive em uma cidade de médio porte, como Campos dos Goytacazes.

O trabalho de rua se torna uma tática de escape, entretanto, essa prática nos convida a pensar seu exercício nos espaços da cidade, e na forma desigual da ocupação na cidade. Em Campos dos Goytacazes, a análise processual das transformações socioespaciais possibilita caracterizar a diferença das ruas do centro, que revelam um espaço urbano disponível para múltiplas práticas de trabalho de rua, ao passo que na avenida Pelinca este modo de utilização do espaço convive com ações e mecanismos que visam impedir a atividade. A figura 3 apresenta imagem da rua João Pessoa localizada na região central da cidade de Campos dos Goytacazes, onde barracas cobertas por guarda-sóis expõem diversas mercadorias comercializadas por camelôs em contraposição às calçadas da avenida Pelinca que possuem cavaletes e vasos de plantas, mecanismos dominantes que visam impedir a atividade de ambulante ou camelotagem no local.

Figura 3 – Rua João Pessoa - Campos dos Goytacazes em contraposição às calçadas da avenida Pelinca



Fonte: Elaborado por Cartaxo (2022).

O contraste evidente entre os modos de utilização e apropriação do espaço urbano demonstram parte da extensão do processo de dominação que exclui, segrega e mercantiliza os espaços das cidades. As demarcações das ruas da cidade transformam o espaço em arenas de dominação, e o exercício do trabalho de rua uma atitude de resistência à dominação<sup>9</sup>.

### O trabalho de rua na avenida Pelinca: cenas da prática de resistência

Na primeira parte deste artigo, situa-se o esforço em apresentar as ruas da cidade como espaço de produção e reprodução da dominação. Para isso, resgata-se nos escritos de Lefebvre (2011) a análise que sinaliza que os modos de produção de uma dada sociedade são capazes de interferir na construção material e social dos espaços nas cidades. Além disso, utiliza-se a noção de espaço social reificado de Bourdieu (2013) e de resistência em Certeau (2014) que respectivamente ressaltam os atos estratégicos dominantes no cotidiano que visam estabelecer uma organização hierarquizada, uma estrutura própria de funcionamento e um lugar de poder, mas que encontram a resistência dos sujeitos comuns em suas táticas silenciosas e sutis que jogam constantemente com as imposições do sistema dominante, recriando maneiras de viver. Em seguida, alguns pontos acerca da trajetória histórica e econômica da cidade de Campos dos Goytacazes, ressaltando suas contribuições na formação do espaço urbano atual. Neste momento o foco será a caracterização das cenas da prática de trabalho de rua na avenida Pelinca, observada entre os meses de março e novembro de 2022.

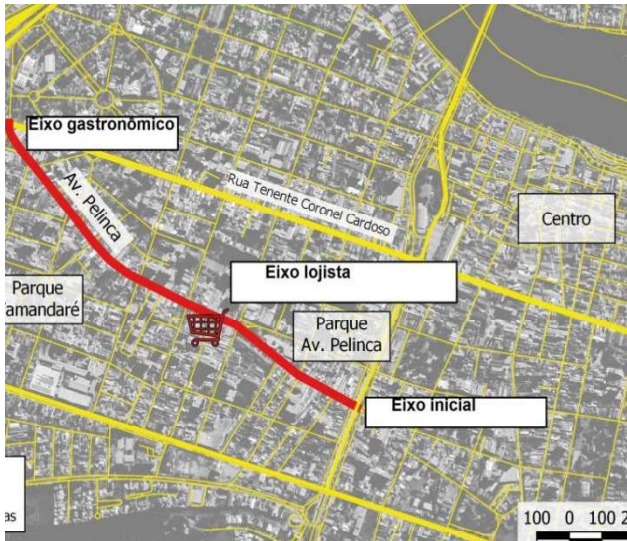
Parte das terras que deram a origem à avenida e posteriormente o bairro pertenceram ao Padre Luiz Ferreira Nobre Pelinca<sup>10</sup>, no passado, a região possuía muitas chácaras residenciais de estilo neoclássico. Segundo Freitas e Faria (2011) desde o início do século XX a região está sob posse de famílias ricas de Campos dos Goytacazes e às benfeitorias realizadas pelo poder público na região sempre estiveram alinhadas de maneira a atender as classes dominantes que ali sempre estiveram. A região ao longo de décadas foi gradativamente adquirindo centralidade na cidade de forma a atrair novos investimentos do poder público e privado. A partir dos anos de 1980 a instalação de restaurantes, bancos e comércio com produtos de alto padrão e diversificados consolidam o processo de verticalização e de um espaço pujante socialmente, economicamente e politicamente (Figura 4).

Figura 4 – Representação por mapa da localização da avenida Pelinca

9 A chamada “arquitetura hostil” é um exemplo da conversão da dominação encontrada no espaço social para o espaço físico. Apropriando-se do debate conceitual elaborado por Licht (2020), a “arquitetura hostil” pode ser reconhecida quando agentes dominantes, estatais ou privados, executam (de forma explícita ou implícita) alterações no ambiente urbano por meio de atitudes reativas com o objetivo de prejudicar, afastar, ferir ou impedir a permanência de agentes indesejáveis. No Brasil, a arquitetura hostil foi proibida por meio da Lei 14.489, de 2022, batizada de Lei Padre Júlio Lancellotti.

10 O projeto enciclopédia campista é formado por um grupo de pesquisadores locais que buscam resgatar por meio de imagens e vídeos





Fonte: Elaborado por Cartaxo (2022).

A permanência de ambulantes/camelôs nesse local marca o exercício de agenciamento, pois é a apropriação da rua para um fim que contraria, desvia ou subverte as imposições dominadoras de projetos políticos, urbanísticos e econômicos. Enquanto esses projetos naturalizam os usos dos espaços e os “lucros de localização” (BOURDIEU, 2013, p. 138) – o acesso a bens e serviços raros e desejáveis, somado à distinção associada à posse monopolista de uma propriedade distintiva, que garante aos agentes vantagens econômicas e políticas –, a permanência desses trabalhadores no espaço pode ser lida como resistência. Ao observar as ruas e a posição dos sujeitos nesse espaço, é possível estabelecer uma aproximação como acontece a ordem da cidade diante das situações dominantes concebidas e de experiências subalternas vividas pelos que ali estão e, assim, descrever cenas que constantemente estão entrelaçadas em seu funcionamento (MARQUES, 2022).

A presente experiência de observação da prática do trabalho de rua na avenida Pelinca revela cenas de sujeitos que são próximos espacialmente, entretanto possuem distância em posições sociais. No mesmo espaço em que camelôs e ambulantes buscam a sobrevivência através da venda de suas mercadorias de baixo valor monetário aos que passam pela movimentada rua, há lojas e serviços de alto valor monetário destinados àqueles que financeiramente podem acessá-los. A atividade de trabalho de camelôs e ambulantes na avenida é descrita a partir da observação de três eixos observados conforme representa a figura 4: o eixo inicial da avenida, que é limítrofe ao centro; o eixo lojista, onde se concentram *shoppings* e centros de serviços; e o eixo gastronômico trecho de maior atividade no período noturno pela presença de bares, restaurantes e cafés.

No eixo inicial da avenida, é verificável grande influência das práticas de camelotagem e ambulantes co-

muns no centro. Nas calçadas, o comércio de chilenos, panos de prato, roscas, biscoitos e frutas, em estruturas que são facilmente desmontáveis, e móveis como: lonas estendidas e pequenos caixotes em madeira. Esses vendedores comercializam suas mercadorias a pedestres que necessitam de transporte rodoviário.

Figura 5 – Cenas que marcam a resistência de sujeitos que permanecem exercendo atividade de trabalho ambulante no eixo inicial da avenida Pelinca



Fonte: Acervo SABC/2022.

No eixo lojista, há um grande número de franquias de grandes marcas, *shoppings* e centros comerciais de serviços destinados ao público de maior renda. Nesse trecho da avenida, são observados ações e mecanismos que visam impedir a atividade ambulante, priorizando a fragmentação do espaço por meio de uma estética dominante (Figura 6).

Figura 6 – Cenas de mecanismos utilizados por comerciantes do eixo lojista a instalação de bancos, vasos de plantas, estruturas metálicas nas calçadas para impedem que ambulantes coloquem suas bancas em frente às lojas



Fonte: Acervo SABC/2022.

Nesse trecho, a atividade ambulante é verificada em menor quantidade comparada ao eixo inicial e ao eixo gastronômico; alguns carrinhos de frutas e picolé circulam rapidamente por esse trecho da avenida. A atividade de camelotagem acontece em maior número principalmente com carrinhos bem estruturados de aspecto visual atraente, expondo mercadorias *gourmet*, como pipocas, churros, açaí e empadas. Além disso, verifica-se a frequente presença de agentes públicos de fiscalização. A

os fatos históricos e as personalidades da história do município de Campos dos Goytacazes. No episódio “O padre alcoviteiro”, escrito por Matheus Venâncio, é narrada a trajetória do padre Pelinca na cidade e o processo de urbanização que ocorreu nos anos de 1944 na gestão do Prefeito Salo Brand período que foi realizada a obra de alargamento da avenida. Disponível em: [https://www.youtube.com/channel/UC-VoMhnGI\\_Ezaw9\\_9PWqXpiA](https://www.youtube.com/channel/UC-VoMhnGI_Ezaw9_9PWqXpiA)



maior parte da prática de camelotagem no eixo lojista tem início a partir das 17 horas, provavelmente porque, a partir desse horário, a fiscalização por agentes públicos não é frequente.

Figura 7 – Cenas que descrevem a atividade de trabalho de rua na avenida Pelinca sob fiscalização constante de agentes públicos



Fonte: Acervo SABC/2022.

O eixo gastronômico é marcado pelo grande número de restaurantes, padarias e cafés voltados para público de alto poder aquisitivo. Nesse espaço, diferente dos demais eixos, há o predomínio da atividade ambulante, pouco se observa a camelotagem. O eixo gastronômico possui uma característica singular que é o horário da prática de trabalho sempre noturna, em cestas e bandejas de doces ou baldes de alumínio aquecidos com brasa para a venda de amendoim. Esses ambulantes percorrem toda a região, vendendo seus produtos.

É justamente esse sentido nômade ou de fixidez relativa, que caracteriza a atividade de trabalho de rua como paradoxo urbano: ora, é vista como solução, quando o foco de análise recai sobre a função social que a atividade desempenha, ou seja, como refúgio para os trabalhadores desempregados de um sistema que lhes nega o trabalho formal; ora, é vista como problema, quando a análise recai sobre o compromisso com o direito, leis, fiscalizações e regras de ordem e paz dos espaços físicos. Esse paradoxo foi analisado por Perelman (2018) na chave interpretativa das relações entre o legal e o ilegal, caracterizando disputas sobre o uso do espaço urbano. Embora concordemos com o autor, quando afirma que aquela abordagem permite compreender os modos em que os sujeitos legítimos se constroem no espaço público (PERELMAN, 2018, p. 96), destacamos que a centralidade desse paradoxo se encontra antes na posição inconstante ocupada por esses trabalhadores no espaço social (a inconstância da posição social se revela na infixidez no espaço físico).

Toda mudança ascendente de posição (no espaço social) e de lugar (no espaço físico) requer esforços de acumulação e tempo despendido nesses esforços. Cunha

e Belchior (2019) defendem que essas práticas no espaço podem conflitar ou subverter os mecanismos de dominação, marcando socialmente a resistência no cotidiano. A permanência de atividade de trabalho de rua, por exemplo, em espaços como a avenida Pelinca escapa à racionalidade dos planejadores urbanos e converte-se em resistência.

### Considerações finais

Este artigo, de cunho empírico e exploratório, propôs-se a descrever cenas de resistência a partir da prática do trabalho de rua realizado na avenida Pelinca, localizada na cidade fluminense de Campos dos Goytacazes. A permanência da atividade de ambulantes e camelôs nesse espaço urbano é analisada como uma expressão de resistência às ações de dominação do cotidiano que visam impor aos sujeitos o uso dos locais de maneira relacional.

Nesta investigação, os conceitos de dominação do cotidiano e resistência de Michel de Certeau (2014) foram articulados com o conceito de espaço social, reificado de Bourdieu (2013), com vistas à reconstrução de caminhos que viabilizem os sujeitos à participação e à possibilidade de vivenciar experiências múltiplas e comuns ao direito à cidade, conforme proposto por Lefebvre (2006; 2008; 2011).

A construção da análise ocorreu em três etapas de maneira articulada a partir da teoria sociológica aos contextos sociais, históricos e econômicos, estabelecendo uma aproximação com a ordem da cidade diante das situações dominantes concebidas e de experiências subalternas vividas. A relevância deste trabalho é reafirmada à medida que explana acerca da descrição de cenas singulares observadas na avenida Pelinca, não tendo a pretensão de esgotar o assunto acerca do trabalho de rua na região, mas lançar luz para o campo e apontar a relevância de pesquisas que conectem temas da sociologia urbana e da sociologia do trabalho nos estudos da cidade.

Por último, é possível afirmar que são muitas as formas de resistência cotidiana aos processos de dominação no cotidiano. A (re)invenção dos espaços nas cidades, pelos sujeitos apresenta novas possibilidades de produção e reprodução nas cidades. A atividade de trabalho de rua pode ser analisada para além de atividade de sobrevivência, pois é produtora de saberes e experiências únicas que se encontram encobertos nos espaços urbanos.

### Referências

- ASSIS, R. Cidade e “camelôs”: trabalho e identidade em Campos dos Goytacazes. **CSONline - Revista eletrônica de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 10, 2010.
- ASSIS, R. L. A rua como um espaço de luta por reconhecimento: o caso do conflito dos trabalhadores de rua com comerciantes no espaço público urbano. **CSONline - Revista eletrônica de Ciências Sociais**, n. 18, 2014.
- ASSIS, R. L. O problema dos camelôs: oposições e com-

- plementaridades entre camelôs e lojistas no espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes/ RJ. **Revista Antropolítica**, n. 53, Niterói, p. 298-322, 3. quadri., set./dez., 2021
- BONAN, M. C. F. Trabalhadores ambulantes, uni-vos! **Revista Insight Inteligência**, n. 80. Ano XX – 2018.
- BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos avançados**, v. 27, p. 133-144, 2013.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago, Blackwell Publishers, 1992.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CRUZ, J. L.; TERRA, D. Petróleo e porto no norte do estado do Rio de Janeiro, **EURE**, Chile, v. 46, n. 139, p.189-208, set. 2020.
- CUNHA, J. B.; MESQUITA, W. “Sempre é bom recordar que não se deve tomar os outros por idiotas”: algumas considerações a respeito da proposta teórica de Michel de Certeau para análise das práticas sociais cotidianas. **THESIS**, v. 12, n. 2, p. 13-24, 2019.
- DIAS, R. S. Expansão e crise no mercado de trabalho formal fluminense entre 1985 e 2019. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 19, p. 92-126, 2020.
- FARIA, T. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. **Encontro de Geógrafos da América Latina**, v. 10, p. 4778-4799, 2005.
- FREITAS, K. P. FARIA, T. P. Produção e apropriação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes – RJ: da residência unifamiliar aos edifícios de apartamentos. **Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES**, v. 1, n. 1, 2011.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. **Debate, CRESS – CE**, Fortaleza, n. 6, 1997.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sergio Martins (do original: La production de l’espace. 4. ed. Paris: Editons Anthropos, 2000). 2006.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo. Ed Centauro 3. reimp. 2011.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- LICHT, Karl de Fine. “Hostile architecture” and its confederates: A conceptual framework for how we should perceive our cities and the objects in them. **Canadian Journal of Urban Research**, Winter 2020, Volume 29, Issue 2, p. 1–17.
- MARQUES, Â. O método da cena em Jacques Rancière: dissenso, desierarquização e desarranjo. **Galáxia** (São Paulo), v. 47, 2022.
- MESQUITA, W. TAVARES, E. MEZA, H. SOUZA, J. **O perfil político-ideológico da população da área urbana de Campos dos Goytacazes**. Produtos e relatórios. Núcleo Norte Fluminense observatório das metrópoles.
- PERELMAN, Mariano D. Disputas en torno al uso del espacio público en Buenos Aires. **Caderno C R H**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 87-98, jan./abr. 2018.
- TAVOLARI, B. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos estudos CEBRAP**, v. 35, p. 93-109, 2016.
- VENÂNCIO, M. “O padre alcoviteiro”. **Enciclopédia campista**. Disponível em: [https://www.youtube.com/channel/UCVoMhnGl\\_Ezaw9\\_9PWqXpiA](https://www.youtube.com/channel/UCVoMhnGl_Ezaw9_9PWqXpiA) acesso em: 11 maio 2023.